

V – Instituições de Saúde Privadas; e

VI – Secretarias Municipais.

**Art. 4º** Os últimos dois dias da “Semana de Conscientização sobre a Síndrome pós-aborto” deverão ser reservados para a realização de atendimentos terapêuticos para as mulheres que assim desejarem.

**Art. 5º** As despesas resultante da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 6º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. instituída a Política de Transparência nas Obras Públicas Municipais.

Sala das Sessões, 21 de março de 2024.

**GALBA NOVAIS DE CASTRO NETTO**

Presidente

**Publicado por:**

Evandro José Cordeiro

**Código Identificador:**CB1C3534

**CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ - CMM  
LEI Nº. 7.525 MACEIÓ/AL, 21 DE MARÇO DE 2024.**

Autor: VER. LEONARDO DIAS

**DISPÕE SOBRE OBRIGATORIEDADE DOS HOSPITAIS PÚBLICOS E PRIVADOS NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ RESERVAREM ESPAÇO ESPECÍFICO PARA MULHERES QUE TIVERAM ABORTO ESPONTÂNEO, DISTINTO DA ALA DE OBSERVAÇÃO OBSTÉTRICA, ENQUANTO ESPERAM OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS.**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE DE ACORDO COM O § 6º DO ART. 36 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** Fica obrigatório que todos os hospitais públicos e privados no Município de Maceió tenham um espaço específico para mulheres que tiveram aborto espontâneo, distinto da ala de observação obstétrica.

§1º. O espaço deverá ser um ambiente tranquilo, acolhedor e adequado para proporcionar privacidade às mulheres em luto.

§2º. Deverá ser disponibilizado apoio psicológico às mulheres durante a estadia no local.

**Art. 2º** O não cumprimento do disposto nesta lei sujeitará o estabelecimento hospitalar infrator às seguintes penalidades:

I. Advertência por escrito, com prazo para regularização da situação no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da infração.

II. Multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a ser aplicada de forma progressiva em caso de reincidência, com o dobro do valor para cada infração subsequente.

III. Suspensão temporária das atividades do estabelecimento hospitalar pelo tempo em que durar o não atendimento desta lei, caso persista no descumprimento após a aplicação das medidas anteriores.

IV. Cassação do alvará de funcionamento do estabelecimento hospitalar, em caso de reiteração da infração após a suspensão temporária.

**Parágrafo Único.** A aplicação das penalidades previstas neste artigo deverá observar o devido processo legal e ser precedida de ampla defesa e contraditório, assegurando-se ao infrator o direito à ampla defesa e recurso administrativo.

**Art. 3º** As despesas decorrentes da implementação deste projeto de lei, no caso dos hospitais públicos, serão suportadas pelas dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 4º** Esta Lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 21 de março de 2024.

**GALBA NOVAIS DE CASTRO NETTO**

Presidente

**Publicado por:**

Evandro José Cordeiro

**Código Identificador:**96937984

**CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ - CMM  
LEI Nº. 7.526 MACEIÓ/AL, 21 DE MARÇO DE 2024.**

Autor: VER. LEONARDO DIAS

**DISPÕE SOBRE A VEDAÇÃO DA EMISSÃO DE LICENÇAS EDILÍCIAS E AMBIENTAIS PARA A CONSTRUÇÃO DE OBRAS, EDIFICAÇÕES OU A EXECUÇÃO DE PROJETOS DE APROVEITAMENTO ECONÔMICO DE IMÓVEIS NAS ÁREAS INCLUÍDAS NO MAPA DE LINHAS DE AÇÕES PRIORITÁRIAS DOS BAIRROS EM AFUNDAMENTO DO SOLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE DE ACORDO COM O § 6º DO ART. 36 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** É vedada a expedição de licenças administrativas edilícias e ambientais, por quaisquer órgãos da Administração Pública em qualquer das suas esferas, para a construção de obras, edificações ou empreendimentos que de qualquer modo tenham por objetivo dar aproveitamento econômico nas áreas incluídas no Mapa de Linhas de Ações Prioritárias nos bairros atingidos pelas subsídências de solo decorrentes da atividade minerária.

**Art. 2º** A proibição referida no art. 1º desta Lei permanecerá até que seja promovida a revisão do Plano Diretor de Maceió, ao qual competirá estabelecer as condições urbanísticas e ambientais da área objeto desta proibição.

**Art. 3º** Eventuais alterações do Mapa de Linhas de Ações Prioritárias, que impliquem na ampliação da sua dimensão para outras áreas, implicarão automaticamente a cassação dos efeitos das licenças edilícias ou ambientais anteriormente expedidas para os imóveis que tenham passado a ser abrangidos pelo novo mapa ampliado, sem que configure direito adquirido em favor do interessado.

**Art. 4º** A vedação estabelecida no art. 1º não se aplica aos licenciamentos edilício e ambiental para a execução de obras de infraestrutura destinadas à estabilização do solo, bem assim às obras necessárias à garantia da segurança estrutural da área atingida.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 21 de março de 2024.

**GALBA NOVAIS DE CASTRO NETTO**

Presidente

**Publicado por:**

Evandro José Cordeiro

**Código Identificador:**3F682133

**CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ - CMM  
LEI Nº. 7.527 MACEIÓ/AL, 21 DE MARÇO DE 2024.**

Autor: VER. LEONARDO DIAS

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER VALE (VOUCHER) EDUCACIONAL OU A CONTRATAR VAGAS EM ESTABELECIMENTO DE ENSINO PRIVADO PARA ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ QUANDO NÃO HOVER DISPONIBILIDADE NA REDE PÚBLICA DE ENSINO.**